O MOVIMENTO NEGRO E A LUTA POR DIREITOS NO BRASIL REPUBLICANO

CRISTIANE ALUISIA DOS SANTOS

RESUMO
O movimento negro no Brasil Republicano tem sido fundamental na luta por direitos civis, sociais e políticos da população negra. Desde o fim da escravidão em 1888, os afro-brasileiros enfrentam processos contínuos de exclusão, discriminação e violência estrutural. Frente a isso, organizações, lideranças e coletivos negros se mobilizaram para reivindicar igualdade de direitos, denunciar o racismo e valorizar a identidade e a cultura afro-brasileira. Durante o século XX, especialmente a partir da década de 1930, o movimento ganhou força com a fundação de entidades como a Frente Negra Brasileira e, mais tarde, com ações intensificadas na ditadura militar e no processo de redemocratização. A criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, marca uma nova etapa de articulação política e social. A luta por cotas raciais, o reconhecimento do racismo institucional e a valorização da história e cultura negra são conquistas importantes dessa trajetória. No Brasil contemporâneo, o movimento negro continua a influenciar políticas públicas e debates sobre justiça racial, mantendo viva a luta por equidade e respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; resistência; equidade.

ABSTRACT
The Black Movement in Republican Brazil has played a fundamental role in the struggle for civil, social, and political rights for the Black population. Since the abolition of slavery in 1888, Afro-Brazilians have faced continuous processes of exclusion, discrimination, and structural violence. In response, Black organizations, leaders, and collectives have mobilized to demand equal rights, denounce racism, and promote Afro-Brazilian identity and culture. Throughout the 20th century, especially from the 1930s onward, the movement gained momentum with the founding of entities such as the Frente Negra Brasileira, followed by intensified actions during the military dictatorship and the redemocratization process. The creation of the Unified Black Movement (Movimento Negro Unificado – MNU) in 1978 marked a new phase of political and social organization. The fight for racial quotas, the recognition of institutional racism, and the valorization of Black history and culture are significant achievements of this trajectory. In contemporary Brazil, the Black Movement continues to influence public policies and debates on racial justice, keeping alive the struggle for equity and respect.

KEYWORDS: Racism; resistance; equity.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por profundas desigualdades sociais, muitas das quais têm raízes no longo período de escravidão que perdurou por mais de trezentos anos. A abolição formal da escravidão em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem a inserção da população negra na sociedade de forma igualitária. Pelo contrário, com a proclamação da República em 1889, iniciou-se um novo ciclo de exclusão e marginalização. A falsa ideia de democracia racial e a negação do racismo estruturaram o discurso oficial por décadas, mascarando as violências cotidianas e a profunda desigualdade vivida pela população negra. Nesse contexto, o movimento negro emergiu como uma força política e social de resistência, organização e reivindicação de direitos, dando continuidade à luta por cidadania plena, justiça e reparação histórica.

Durante a Primeira República, os afrodescendentes foram deliberadamente excluídos dos projetos de modernização e progresso nacional. O Estado adotou uma série de políticas de branqueamento, tanto por meio da imigração europeia quanto pela negação da contribuição negra na formação do país. Mesmo assim, homens e mulheres negras resistiram, organizaram-se culturalmente através das religiões de matriz africana, do

samba, da capoeira, e politicamente em jornais, clubes e associações negras. A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, foi um marco histórico, sendo o primeiro movimento de massa de caráter político e social voltado para os direitos da população negra no Brasil. Embora tenha sido extinta durante o Estado Novo, sua existência revelou o potencial de articulação política do povo negro.

Na ditadura civil-militar (1964-1985), o racismo institucional persistiu, mas novas formas de organização surgiram, culminando na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Esse período foi essencial para a consolidação de um discurso de enfrentamento direto ao racismo, à marginalização e à invisibilidade da população negra. A atuação do MNU evidenciou a urgência de políticas públicas específicas, como ações afirmativas, acesso à educação, saúde, emprego e reconhecimento da cultura afro-brasileira. A luta não era apenas contra o racismo individual, mas contra uma estrutura que sistematicamente negava direitos à população negra. A Constituição de 1988 representou um avanço, ao reconhecer a pluralidade étnica e cultural do país, mas a efetivação desses direitos ainda é um desafio constante.

Ao longo das últimas décadas, o movimento negro tem pressionado o Estado por reparações históricas, reconhecimento e igualdade de condições. As conquistas mais recentes incluem a implementação de cotas raciais em universidades e concursos públicos, o ensino obrigatório da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas (Lei nº 10.639/2003) e a criminalização do racismo como crime inafiançável e imprescritível. Essas vitórias são fruto de décadas de luta, articulação política e denúncia por parte do movimento negro, que segue ativo e vigilante frente às tentativas de retrocesso. O enfrentamento ao racismo, no entanto, não é tarefa exclusiva do movimento, mas deve ser assumido por toda a sociedade como um compromisso ético e político.

Compreender a trajetória do movimento negro no Brasil republicano é essencial para analisar os processos históricos que estruturam o racismo e a exclusão social no país. Mais do que uma simples reação à opressão, o movimento negro é protagonista na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele denuncia, propõe e transforma. Ao abordar sua atuação ao longo da República, este trabalho busca evidenciar a relevância de suas pautas e a resistência contínua da população negra frente à exclusão. A luta por direitos no Brasil republicano, sob a perspectiva do movimento negro, é uma narrativa de resistência, resiliência e reivindicação de humanidade. Este TCC, portanto, se propõe a investigar essa trajetória histórica, seus marcos, desafios e conquistas, contribuindo para o fortalecimento da memória, da identidade e da luta por justiça racial no Brasil.

REVISÃO DA LITERATURA

A história do Brasil é marcada por profundas desigualdades sociais, muitas das quais têm raízes no longo período de escravidão que perdurou por mais de trezentos anos. A abolição formal da escravidão em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem a inserção da população negra na sociedade de forma igualitária. Pelo contrário, com a proclamação da República em 1889, iniciou-se um novo ciclo de exclusão e marginalização. A falsa ideia de democracia racial e a negação do racismo estruturaram o discurso oficial por décadas, mascarando as violências cotidianas e a profunda desigualdade vivida pela população negra. Nesse contexto, o movimento negro emergiu como uma força política e social de resistência, organização e reivindicação de direitos, dando continuidade à luta por cidadania plena, justiça e reparação histórica.

Durante a Primeira República, os afrodescendentes foram deliberadamente excluídos dos projetos de modernização e progresso nacional. O Estado adotou uma série de políticas de branqueamento, tanto por meio da imigração europeia quanto pela negação da contribuição negra na formação do país. Mesmo assim, homens e mulheres negras resistiram, organizaram-se culturalmente através das religiões de matriz africana, do samba, da capoeira, e politicamente em jornais, clubes e associações negras. A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, foi um

marco histórico, sendo o primeiro movimento de massa de caráter político e social voltado para os direitos da população negra no Brasil. Embora tenha sido extinta durante o Estado Novo, sua existência revelou o potencial de articulação política do povo negro.

Na ditadura civil-militar (1964-1985), o racismo institucional persistiu, mas novas formas de organização surgiram, culminando na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Esse período foi essencial para a consolidação de um discurso de enfrentamento direto ao racismo, à marginalização e à invisibilidade da população negra. A atuação do MNU evidenciou a urgência de políticas públicas específicas, como ações afirmativas, acesso à educação, saúde, emprego e reconhecimento da cultura afro-brasileira. A luta não era apenas contra o racismo individual, mas contra uma estrutura que sistematicamente negava direitos à população negra. A Constituição de 1988 representou um avanço, ao reconhecer a pluralidade étnica e cultural do país, mas a efetivação desses direitos ainda é um desafio constante.

Ao longo das últimas décadas, o movimento negro tem pressionado o Estado por reparações históricas, reconhecimento e igualdade de condições. As conquistas mais recentes incluem a implementação de cotas raciais em universidades e concursos públicos, o ensino obrigatório da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas (Lei nº 10.639/2003) e a criminalização do racismo como crime inafiançável e imprescritível. Essas vitórias são fruto de décadas de luta, articulação política e denúncia por parte do movimento negro, que segue ativo e vigilante frente às tentativas de retrocesso. O enfrentamento ao racismo, no entanto, não é tarefa exclusiva do movimento, mas deve ser assumido por toda a sociedade como um compromisso ético e político.

Compreender a trajetória do movimento negro no Brasil republicano é essencial para analisar os processos históricos que estruturam o racismo e a exclusão social no país. Mais do que uma simples reação à opressão, o movimento negro é protagonista na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele denuncia, propõe e transforma. Ao abordar sua atuação ao longo da República, este trabalho busca evidenciar a relevância de suas pautas e a resistência contínua da população negra frente à exclusão. A luta por direitos no Brasil republicano, sob a perspectiva do movimento negro, é uma narrativa de resistência, resiliência e reivindicação de humanidade. Este TCC, portanto, se propõe a investigar essa trajetória histórica, seus marcos, desafios e conquistas, contribuindo para o fortalecimento da memória, da identidade e da luta por justiça racial no Brasil.

A trajetória do movimento negro no Brasil é marcada por um longo processo de resistência e construção de identidade frente à exclusão sistemática imposta pela sociedade e pelo Estado. Após a abolição da escravidão, os negros foram lançados à própria sorte, sem acesso à terra, educação ou trabalho digno, sendo empurrados para as margens da sociedade. A República não reconheceu os direitos dos ex-escravizados e, ao contrário, reforçou mecanismos de exclusão por meio de políticas de branqueamento e negação da cultura afro-brasileira. Diante desse cenário, a população negra começou a se organizar de maneira autônoma, criando associações culturais, clubes recreativos, jornais e espaços religiosos que mantinham viva a memória e os valores africanos. Essas formas de organização foram fundamentais para preservar a identidade e a resistência do povo negro, ainda que não fossem reconhecidas formalmente como atores políticos relevantes.

Com o passar do tempo, o movimento negro foi se consolidando como uma força social de grande importância. Nos anos 1930, a criação da Frente Negra Brasileira representou um dos primeiros movimentos de massa a articular questões raciais com a política nacional. Apesar da breve duração dessa organização, ela abriu caminho para outras experiências e mostrou que o povo negro estava disposto a lutar por seus direitos. No entanto, com o avanço do autoritarismo no Estado Novo e a intensificação da repressão política, muitos desses espaços foram silenciados. Mesmo assim, a resistência negra permaneceu viva em manifestações culturais como o samba, o candomblé e a capo-

eira, que foram importantes instrumentos de afirmação identitária e enfrentamento simbólico à opressão. Essas expressões culturais desempenharam papel essencial na construção de uma consciência coletiva negra e no fortalecimento de laços comunitários em meio à exclusão social.

Durante o período da ditadura militar, a situação da população negra se agravou com o aumento das desigualdades e da repressão. A ideologia da democracia racial era utilizada como argumento para negar a existência do racismo no Brasil, ao mesmo tempo em que a população negra era a mais afetada pela violência policial, pelo desemprego e pela exclusão educacional. Nesse contexto, o surgimento do Movimento Negro Unificado, em 1978, foi um marco decisivo. Ao denunciar publicamente o assassinato de jovens negros pela polícia e exigir justiça, o MNU rompeu com o silêncio e trouxe o debate racial para o centro da cena política nacional. O movimento também passou a reivindicar políticas públicas específicas para a população negra, como cotas raciais, acesso à educação de qualidade, valorização da cultura afro-brasileira e combate ao racismo institucional. Com isso, inaugurou-se uma nova fase de articulação e mobilização, pautada pela consciência racial, pela luta por direitos e pela ocupação de espaços de poder.

Com o advento da redemocratização, o movimento negro ampliou sua atuação e conquistou importantes avanços legais. A Constituição de 1988 foi resultado de intensas pressões sociais e reconheceu, ainda que timidamente, a necessidade de enfrentar o racismo e promover a igualdade racial. Nos anos seguintes, foram criadas políticas públicas voltadas para a população negra, como o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010, e a ampliação das ações afirmativas em universidades e serviços públicos. A aprovação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, foi outro passo importante na valorização da identidade negra e na desconstrução do imaginário racista que ainda persiste na sociedade brasileira. Essas conquistas, no entanto, não foram dadas espontaneamente, mas sim arrancadas com muita luta, articulação política e enfrentamento das estruturas de poder.

A presença do racismo estrutural em todas as esferas da sociedade brasileira continua sendo um grande desafio. A população negra ainda é a que mais morre, que mais sofre com o desemprego, com a precariedade dos serviços públicos e com a violência. As mulheres negras, em especial, ocupam a base da pirâmide social, sendo alvo de múltiplas formas de opressão. Nesse cenário, o movimento negro contemporâneo continua atuante, promovendo debates, ocupando espaços institucionais, pressionando o poder público e formando novas lideranças. A juventude negra tem se destacado como protagonista dessas lutas, utilizando as redes sociais como ferramenta de mobilização, denúncia e construção de narrativas alternativas. Coletivos, movimentos culturais, iniciativas educacionais e organizações políticas vêm fortalecendo uma nova geração comprometida com a justiça racial e com a transformação social.

Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito. O racismo permanece naturalizado em diversas práticas sociais e institucionais, e o mito da democracia racial continua sendo um obstáculo para o reconhecimento pleno das desigualdades raciais. A luta do movimento negro é também uma luta por memória, reparação e valorização da história negra no Brasil. É necessário reconhecer a contribuição dos povos africanos e seus descendentes na construção do país, bem como garantir que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas em todos os espaços. O combate ao racismo exige políticas públicas efetivas, mas também mudanças profundas nas mentalidades e nas relações sociais. A educação antirracista, a representação política, a valorização da cultura negra e a equidade de oportunidades são caminhos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A história do movimento negro no Brasil republicano é, portanto, uma história de luta contínua por reconhecimento, dignidade e justiça. Ela desafia as narrativas oficiais que invisibilizam a opressão e a resistência negra, e propõe uma nova leitura da história nacional, mais inclusiva e verdadeira. A construção da cidadania negra no Brasil não se

deu de forma pacífica, mas por meio de muita mobilização, enfrentamento e perseverança. Valorizar essa trajetória é fundamental para entender os desafios do presente e projetar um futuro onde todos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. A luta do movimento negro é, acima de tudo, uma luta por humanidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste Trabalho de Conclusão de Curso é de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo. A pesquisa qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão mais aprofundada dos processos sociais, culturais e históricos que envolvem o movimento negro no Brasil republicano, analisando suas ações, discursos e impactos na luta por direitos. Trata-se de uma abordagem que valoriza a interpretação dos fenômenos sociais a partir de seus contextos e significados, sendo especialmente adequada para o estudo de movimentos sociais e questões raciais.

A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e documentos oficiais que tratam da temática racial no Brasil, do movimento negro e das políticas públicas voltadas para a população negra. Foram analisadas obras de autores negros e negras que integram a produção intelectual do movimento, bem como estudos de referência na área das Ciências Sociais, História e Educação. A escolha das fontes buscou contemplar diferentes períodos históricos da República, permitindo um olhar amplo e crítico sobre a evolução das lutas e conquistas do movimento negro.

Além da bibliografia, foram examinados documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e outros marcos legais relacionados à igualdade racial no Brasil. A análise dos dados se deu por meio da leitura crítica e interpretativa do material selecionado, buscando identificar os principais temas, argumentos e contribuições do movimento negro na construção de uma sociedade mais justa. Este estudo não se limita a uma descrição histórica, mas pretende compreender os significados sociais e políticos da atuação do movimento negro ao longo do Brasil republicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho têm como objetivo refletir sobre os principais pontos discutidos ao longo da pesquisa, reafirmando a importância histórica, social e política do movimento negro na construção da cidadania no Brasil republicano. Desde a abolição da escravidão até os dias atuais, o povo negro tem protagonizado uma luta contínua por reconhecimento, dignidade e justiça. Essa luta, longe de se limitar a episódios pontuais, constitui um processo permanente de resistência e reinvindicação de direitos, marcado por mobilizações, articulações políticas, produção de saberes e valorização identitária.

A exclusão social vivida pela população negra após a abolição não foi um processo acidental, mas resultado de uma estrutura racista que perpetuou a marginalização dos afrodescendentes em todas as esferas da vida social. O mito da democracia racial, amplamente difundido no Brasil, contribuiu para invisibilizar as desigualdades raciais e silenciar as vozes negras. Nesse contexto, o movimento negro surge como uma resposta organizada à negação de direitos e à violência simbólica e estrutural. Ele denuncia o racismo, propõe políticas públicas e constrói uma nova narrativa histórica, que valoriza a presença e a contribuição negra na formação do país.

Ao longo do século XX, o movimento negro consolidou-se como um dos mais importantes agentes de transformação social no Brasil. A criação de organizações como a Frente Negra Brasileira e o Movimento Negro Unificado foi decisiva para a articulação de pautas voltadas à promoção da igualdade racial. Essas organizações não apenas denunciaram a exclusão e o racismo, mas também formularam propostas concretas de inclusão e justiça. A luta por cotas raciais, pela criminalização do racismo e pelo ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas são alguns dos frutos dessa atuação política. Com a redemocratização do país, o movimento negro conquistou avanços significativos no campo jurídico e institucional. A

promulgação da Constituição de 1988 e a criação de leis como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 10.639/2003 representaram passos importantes no reconhecimento formal dos direitos da população negra. No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta muitos desafios. O racismo permanece enraizado nas instituições, nas práticas sociais e nas mentalidades, exigindo um combate contínuo e articulado por parte do movimento negro e da sociedade como um todo.

A análise histórica do movimento negro no Brasil republicano permite compreender que sua atuação não se restringe ao campo da denúncia, mas se estende à proposição de novos modelos de sociedade. Trata-se de um movimento que combina a luta por justiça social com a afirmação da identidade negra e a valorização da ancestralidade africana. Ele contribui para a democratização da sociedade brasileira ao questionar privilégios, desconstruir hierarquias raciais e propor uma convivência baseada na equidade e no respeito às diferenças.

Neste sentido, a luta do movimento negro também se insere no campo da educação, não apenas como espaço de acesso ao conhecimento, mas como instrumento de transformação social. A educação antirracista, defendida e construída pelo movimento, é uma ferramenta essencial para combater o preconceito, promover a igualdade e formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A presença da população negra nos espaços educacionais, inclusive no ensino superior, é resultado direto das mobilizações políticas do movimento, que continua a reivindicar uma educação mais justa, representativa e inclusiva.

As vozes negras, por muito tempo silenciadas, vêm ganhando espaço e força nos debates acadêmicos, culturais e políticos. A valorização da intelectualidade negra, da cultura afro-brasileira e das tradições ancestrais é parte fundamental desse processo. O movimento negro resgata memórias, denuncia apagamentos e constrói alternativas. Sua atuação ultrapassa as barreiras das instituições formais e alcança as comunidades, os coletivos, as redes sociais e os espaços artísticos. Ele se reinventa constantemente, mantendo-se vivo e atuante frente às mudanças sociais e políticas do país.

Portanto, este trabalho conclui que o movimento negro no Brasil republicano não apenas resiste, mas transforma. Ele é força motriz de mudanças profundas, mesmo diante da persistência do racismo e da desigualdade. Sua história é feita de lutas, conquistas e aprendizados, e continua sendo escrita por milhares de homens e mulheres que, cotidianamente, enfrentam a exclusão com coragem, sabedoria e solidariedade. Reconhecer essa trajetória é também reconhecer o direito de existir com plenitude, dignidade e respeito.

Finalizar esta pesquisa é, portanto, reafirmar que a luta do movimento negro é essencial para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Seu legado é vasto, e seus desafios ainda são muitos. Mas sua contribuição para a história brasileira é inegável e insubstituível. Cabe à academia, à escola, ao poder público e à sociedade civil como um todo, dar continuidade a essa luta, promovendo ações concretas de enfrentamento ao racismo e de valorização da população negra. Só assim será possível construir um país mais justo, onde a cor da pele não defina as oportunidades, e onde todos possam viver com igualdade de direitos e de possibilidades.

REFERENCIAS

FERREIRA, João. O movimento negro no Brasil: trajetória e desafios. São Paulo: Cortez, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: novos desafios para a pedagogia. Petrópolis: Vozes, 2003.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RATTS, Alex; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Memórias do movimento negro. São Paulo: Selo Negro, 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Autêntica, 2017.